



POVT

**BALANÇO DO EIXO II DO PROGRAMA DE
VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO
PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS**



União Europeia



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Índice

O QREN	04
O POVT	04
Eixo II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Risco	05
Tipologias de projetos	05
A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna enquanto Organismo Intermédio	06
Dificuldades /Constrangimentos na execução	07
Resultados alcançados	08
Valor total de custo total de investimento versus comparticipação comunitária	08
Projetos aprovados versus NUTS e entidades beneficiárias	09
Projetos aprovados versus tipologia de investimento	10
Exemplos de projetos cofinanciados	14
Infraestruturas	14
Veículos	17
Equipamentos de proteção individual	26
Equipamentos de proteção civil	29

O QREN



Assumindo como grande designio estratégico a qualificação da população portuguesa, valorizando o conhecimento, a ciência, a tecnologia e a inovação, bem como a promoção de níveis elevados e sustentados de desenvolvimento económico e sociocultural e de qualificação territorial, num quadro de valorização da igualdade de oportunidades e do aumento da eficiência e qualidade das instituições públicas, foi no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) que se constituíram os instrumentos para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007-2013.

O POVT



O Programa Operacional Valorização do Território (POVT) foi o instrumento temático do QREN para alcançar os objetivos delineados para a superação dos défices estruturais que têm condicionado o desenvolvimento sustentável, com especial destaque para o reforço da prevenção, gestão e monitorização de riscos naturais e tecnológicos.

Pretendeu-se garantir a implementação de um sistema transversal, global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos que, tendo em conta os riscos e ameaças naturais e tecnológicos na sua multiplicidade e as consequências que dos mesmos decorrem, aumentasse os índices de segurança e a capacidade do sistema para uma resposta rápida, eficiente e eficaz.

Para tal, o POVT concebeu o seu conteúdo programático consubstanciado em seis eixos:

- Eixo I – Redes e Equipamentos Estruturantes Nacionais de Transportes e Mobilidade Sustentável (Fundo de Coesão);
- Eixo II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos (Fundo de Coesão);
- Eixo III – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma dos Açores (Fundo de Coesão);
- Eixo IV – Redes e Equipamentos Estruturantes da Região Autónoma da Madeira (Fundo de Coesão);
- Eixo V – Infraestruturas e Equipamentos para a Valorização Territorial e o Desenvolvimento Urbano (FEDER);
- Eixo VI – Assistência Técnica (FEDER).

Eixo II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos

Considerado como uma prioridade em matéria de valorização do território e uma área com alto nível de especificidade técnica e particulares exigências em matéria de segurança, o domínio de intervenção "Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos" teve na melhoria do Sistema Nacional de Proteção Civil e no aumento da sua resiliência os seus principais objetivos, os quais se concretizaram através do reforço das infraestruturas, equipamentos, meios e instrumentos necessários a todas as fases do processo de proteção civil, sendo que as suas principais áreas de intervenção centraram-se na identificação e correção das vulnerabilidades do território, na construção do Sistema Nacional de Gestão de Emergência, na valorização das organizações e dos agentes de proteção e socorro e na estruturação da Rede de Proteção Civil.

Tipologias de projetos

Com o intuito de contribuir para as metas traçadas para o Eixo II e, assim, garantir a criação e desenvolvimento de um sistema global e integrado de prevenção, alerta e gestão de riscos naturais e tecnológicos e reparação de danos associados, foram apoiados projetos com enquadramento nas seguintes tipologias:

- Estudos e instrumentos destinados a suprir as lacunas existentes, tanto na área da proteção civil como na identificação, de forma sistemática e à escala adequada, dos diferentes riscos do território;
- Elaboração de planos de emergência de proteção civil;

- Reforço da arquitetura e desenvolvimento do sistema de informação de proteção civil nacional, incluindo as vertentes de comunicações, alerta, monitorização e localização;
- Construção, requalificação e reorganização da rede de infraestruturas de proteção civil, com exceção dos Centros Municipais de Proteção Civil;
- Equipamento operacional de proteção civil e veículos para operações de socorro de proteção civil;
- Aquisição de equipamentos operacionais de proteção individual;
- Criação, remodelação e ampliação da rede de Centros Municipais de Proteção Civil e respetivos sistemas de gestão.

A Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna enquanto Organismo Intermédio



Sendo o domínio de intervenção "Prevenção e Gestão de Riscos", previsto no Eixo Prioritário II – Sistemas Ambientais e de Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos do POVT, uma área de interesse da competência do MAI, fez todo o sentido que a Estrutura de Missão de Gestão de Fundos Comunitários (EMGFC), criada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 155-A/2006, de 17 de Novembro, ao funcionar junto da tutela política do sector e, estando familiarizada com as prioridades definidas e tendo a especificidade técnica da área de intervenção em causa, tenha sido designada como Organismo Intermédio habilitado para exercer competências com vista à prossecução dos objetivos definidos.

Assim, a Resolução do Conselho de Ministros nº 75/2008, de 8 de Maio, determinou que a EMGFC, seria o organismo competente para, no âmbito dos financiamentos do Fundo de Coesão previstos no POVT para o domínio de intervenção "Prevenção, Gestão e Monitorização de Riscos", exercer competências enquanto Organismo Intermédio, nos termos e para os efeitos consagrados no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de Setembro, que define o modelo de governação do QREN, tendo sido celebrado um contrato de delegação de competências entre o POVT e a EMGFC, atual Direção de Serviços de Gestão de Fundos Comunitários (DSFGC), para o exercício das funções de gestão e execução delegadas nos termos previsto no art.º 59.º, nº2 do Regulamento (CE) nº 1083/2006 e do art.º 12º do Regulamento (CE) nº 1828/2006, da Comissão e art.º 60º, nº 1 alínea d), nºs 8 e 9 do art.º 61 e do n.º 4 do art.º 63º do DL nº 312/2007, de 17 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de Abril.

Através do contrato de delegação de competências, aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POVT, em 3 de Julho de 2008, a Autoridade de Gestão delegou no OI do MAI as funções para efeitos de gestão,

implementação e execução de uma forma eficaz e eficiente do domínio de intervenção Prevenção e Gestão de Riscos do Eixo Prioritário II do POVT, estabelecendo e definindo, entre outras, as seguintes competências:

- Appreciar a aceitabilidade e o mérito das candidaturas a financiamento pelo PO, assegurando designadamente que as operações são selecionadas em conformidade com os critérios aplicáveis;
- Celebrar contratos de financiamento relativos às operações aprovadas e acompanhar a realização dos investimentos ou a execução das ações.
- Garantir o cumprimento dos normativos aplicáveis designadamente nos domínios da concorrência, da contratação pública, do ambiente e da igualdade de oportunidades;
- Verificar que foram fornecidos os produtos e os serviços financiados;
- Verificar a elegibilidade das despesas;
- Assegurar que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram efetuadas no cumprimento das regras comunitárias e nacionais, podendo promover a realização de verificações de operações por amostragem, de acordo com as regras comunitárias e nacionais de execução;
- Assegurar a recolha e o tratamento de dados físicos, financeiros e estatísticos sobre a execução das operações, para a elaboração dos indicadores de acompanhamento e para os estudos de avaliação estratégica e operacional;

Dificuldades / Constrangimentos na execução

No que concerne às condições de execução, os beneficiários do domínio de intervenção " Prevenção e Gestão de Riscos", à semelhança dos restantes beneficiários do POVT, foram confrontados, por um lado com uma conjuntura económica adversa e por outro com o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), os quais, aliados à especificidade das entidades alvo do domínio, dificultaram a eficaz e eficiente execução das operações.

As principais dificuldades resultam, essencialmente de:

- Restrições financeiras e dificuldades na mobilização da contrapartida nacional, nomeadamente as decorrentes da Lei nº 8/2012, de 8 de janeiro de 2012 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), que impôs limitações orçamentais às entidades do sector público e restrições à obtenção de financiamento bancário, devido à sua escassez e aos limites ao endividamento impostos às empresas públicas e aos municípios;

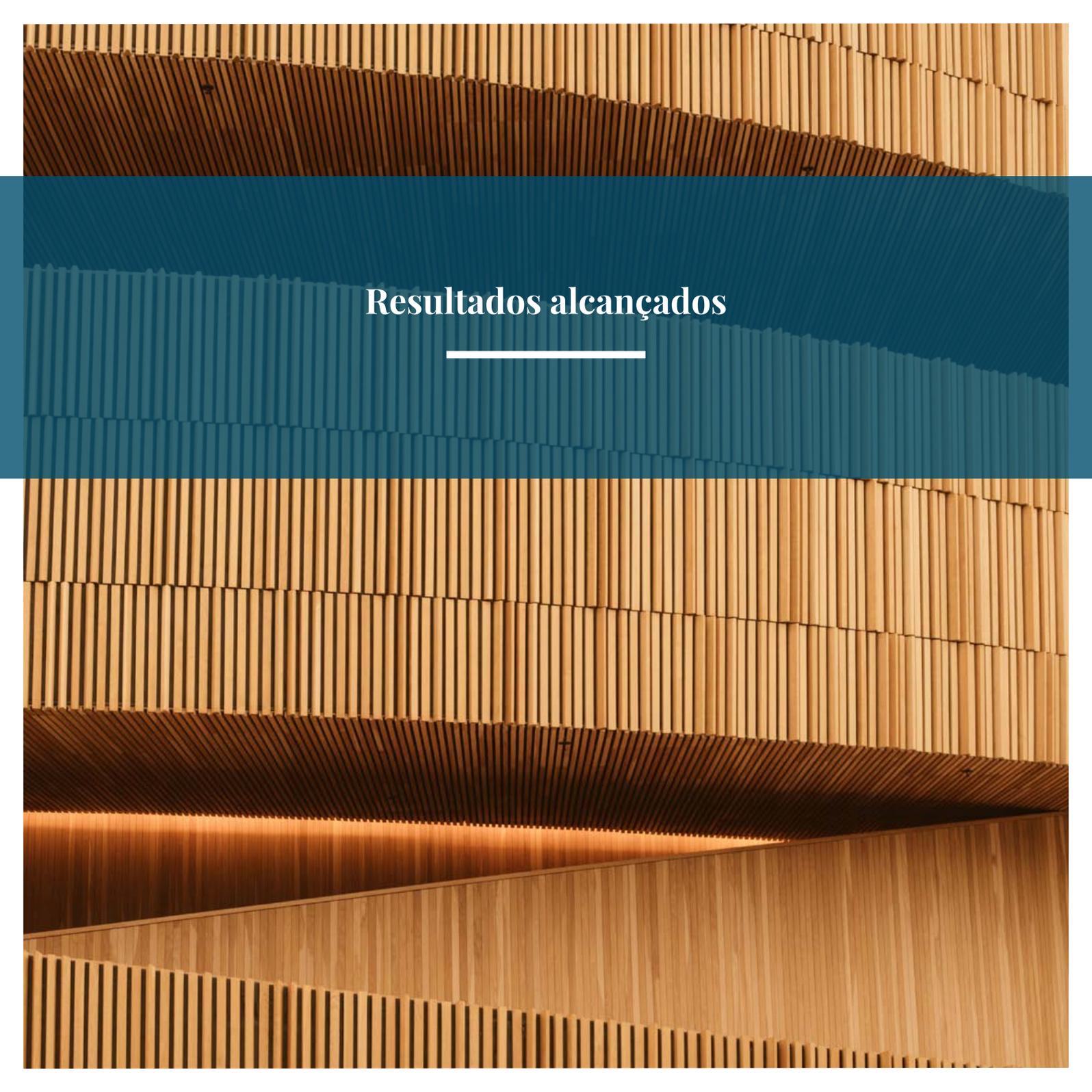
- Redução da liquidez por parte dos beneficiários quer por contração ao nível dos proveitos, quer pela degradação dos prazos de recebimento em consequência da crise económica;

- Sujeição, por parte das entidades públicas da Administração Central do Estado, a um conjunto de pareceres prévios e autorizações do Ministério das Finanças para desencadear os procedimentos de adjudicação, o que gerou atrasos significativos no desenrolar dos processos e na realização das obras/prestações de serviços;

- Elevada instabilidade no sector da construção, com a ocorrência de pedidos de insolvência por parte de vários

empreiteiros, cessões de posições contratuais e cessações de contratos de empreitadas, originando atrasos na execução das operações face ao previsto;

- Complexidade e exigência das regras da contratação pública as quais criaram dificuldades, quer aos beneficiários, com a necessidade de apresentação ao OI de todos os comprovativos do pagamento da despesa cofinanciada, quer ao OI, requerendo a análise e o tratamento de um avultado volume de informação.

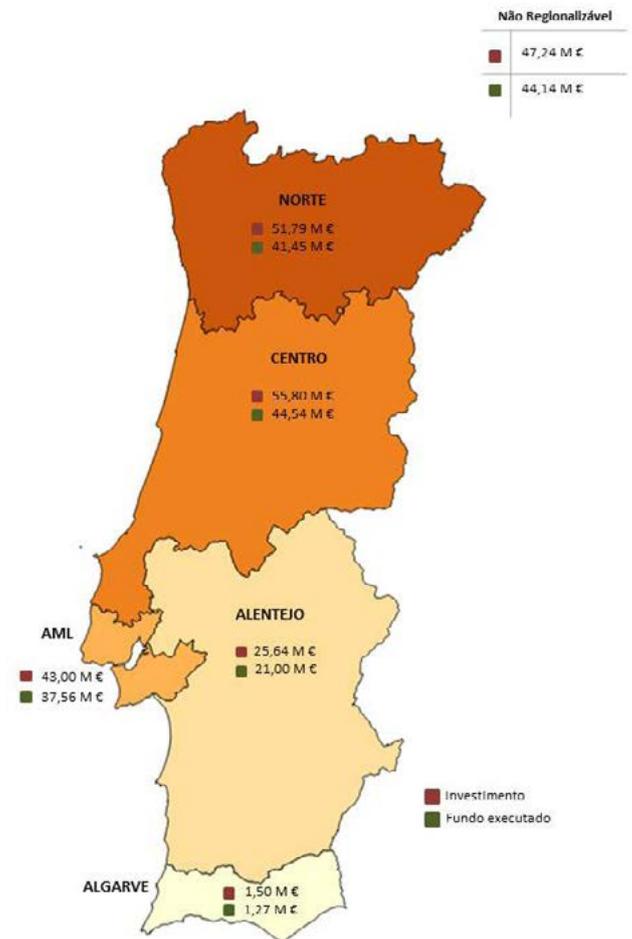


Resultados alcançados

Valor total de custo total de investimento versus participação comunitária

O custo total do investimento associado às 427 operações cofinanciadas ascendeu a cerca 225M€, sendo o montante de participação comunitária atribuído de aproximadamente 190M€.

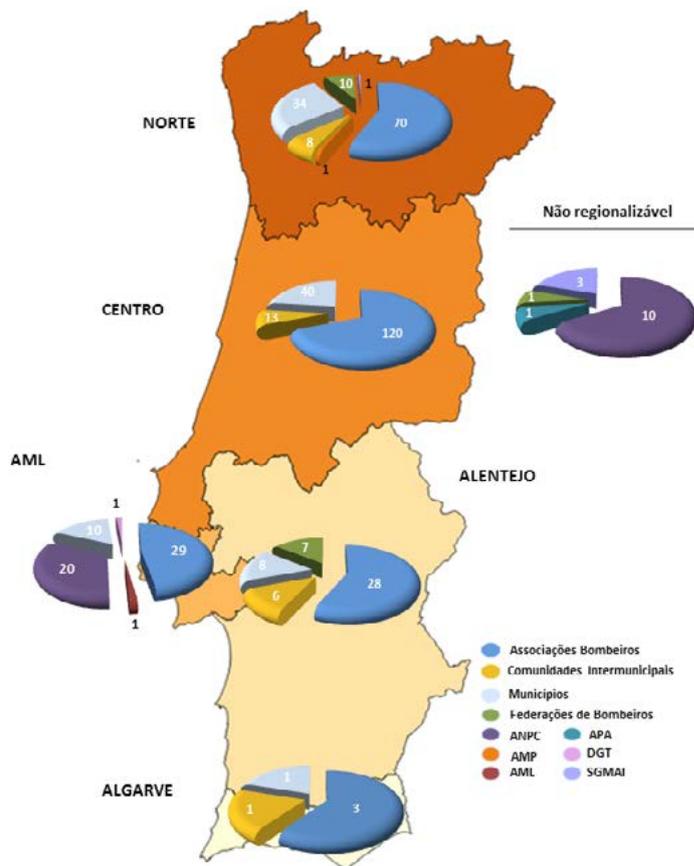
NUT II	Investimento (M €)	Fundo Executado (M €)
Alentejo	25,65	21,01
Algarve	1,50	1,27
Centro	55,81	44,55
Lisboa	43,01	37,57
Norte	51,79	41,45
Não Regionável	47,25	44,14
Total Geral	225,00	189,99



Projetos aprovados versus NUTS e entidades beneficiárias

No decurso de período de execução do QREN foram apoiados 427 projetos no âmbito das diversas tipologias do Eixo II do POVT, dos quais 268 foram promovidos pelas Associações Humanitárias de Bombeiros e pelas Federações de Bombeiros. Os restantes projetos foram apresentados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (30), entidades da Administração Central (6) e entidades da Administração Local (123).

Entidade	Nº Operações	Fundo Executado (M €)
AHBV	250	67,82
AML	1	0,91
AMP	1	0,68
ANPC	30	29,27
CIM	28	5,99
FB	18	16,41
Municípios	93	29,52
SG MAI	4	22,50
DGT	1	14,71
APA	1	2,17
Total	427	189,99



Projetos aprovados versus tipologia de investimento

Os projetos cofinanciados no âmbito do Eixo II do POVT foram tão diversos como construção e/ou requalificação de infraestruturas de proteção civil, aquisição de equipamentos operacionais de proteção civil, aquisição de equipamentos de proteção individual, aquisição de veículos para operações de socorro de proteção civil, elaboração de planos de emergência de proteção civil e elaboração de estudos para identificação dos diferentes riscos do território nacional.

Os mesmos foram agrupados em três categorias de investimento:

• Infraestruturas – apoiados 137 projetos num montante total de Fundo de Coesão no valor de 71,10M€.

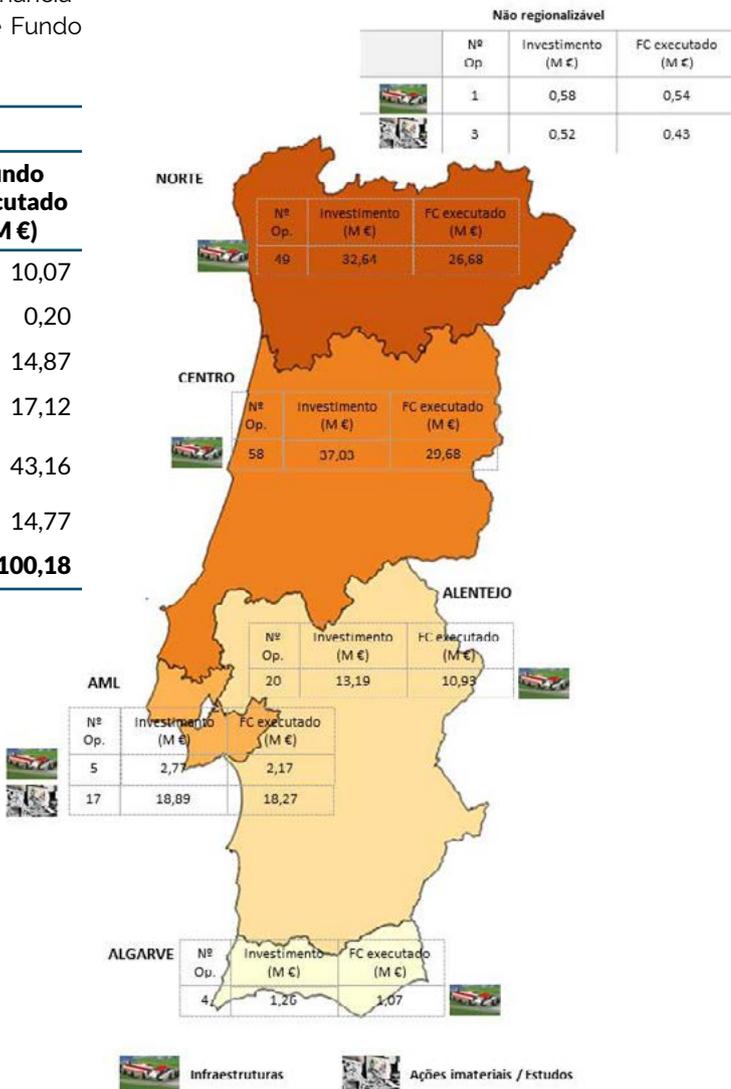
• Ações imateriais / Estudos – cofinanciados 20 projetos no valor total de participação de 18,71M€.

NUT II	Infraestruturas		
	Nº Operações	Investimento (M €)	Fundo Executado (M €)
Alentejo	20	13,19	10,94
Algarve	4	1,27	1,07
Centro	58	37,04	29,68
Lisboa	5	2,77	2,17
Não Regionalizável	1	0,58	0,55
Norte	49	32,65	26,69
Total Geral	137	87,50	71,10

NUT II	Infraestruturas		
	Nº Operações	Investimento (M €)	Fundo Executado (M €)
Alentejo	0	0,00	0,00
Algarve	0	0,00	0,00
Centro	0	0,00	0,00
Lisboa	17	18,90	18,28
Não Regionalizável	3	0,53	0,44
Norte	0	0,00	0,00
Total Geral	20	19,42	18,71

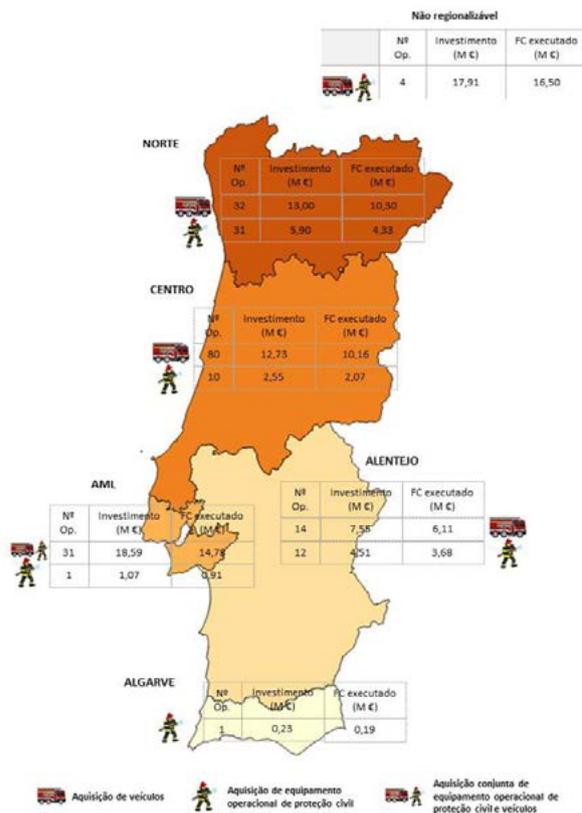
• Equipamento/material – aos 270 projetos cofinanciados foi atribuído um valor total de 100,18M€ de Fundo de Coesão.

NUT II	Infraestruturas		
	Nº Operações	Investimento (M €)	Fundo Executado (M €)
Alentejo	29	12,45	10,07
Algarve	1	0,23	0,20
Centro	115	18,77	14,87
Lisboa	39	21,34	17,12
Não Regionalizável	11	46,13	43,16
Norte	75	19,14	14,77
Total Geral	270	118,07	100,18



NUT II	Aquisição de veículos para operações de socorro de protecção civil			Aquisição EPI's			EPI's e veículos para operações de socorro de protecção civil		
	Nº Operações	Investimento (M€)	Fundo Executado (M€)	Nº Operações	Investimento (M€)	Fundo Executado (M€)	Nº Operações	Investimento (M€)	Fundo Executado (M€)
Alentejo	14	7,55	6,11	12	4,52	3,68	-	-	-
Algarve	-	-	-	1	0,23	0,20	-	-	-
Centro	80	12,73	10,17	10	2,55	2,07	-	-	-
Lisboa	-	-	-	1	1,07	0,91	31	18,60	14,78
Não Regionalizável	-	-	-	-	-	-	4	17,92	16,51
Norte	32	13,01	10,31	31	5,91	4,33	-	-	-
Total Geral	126	33,29	26,58	55	14,28	11,20	35	36,52	31,29

Sendo a categoria de investimento com maior número de projetos cofinanciados, importa referir que das 270 operações para aquisição de equipamentos e/ou material, 126 tiveram como objetivo a aquisição de veículos para operações de socorro, 55 foram para aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e 35 visaram a aquisição quer de veículos quer de EPI's.



Exemplos de projetos cofinanciados



Infraestruturas

Pretendeu-se apoiar operações com o objetivo de construir, requalificar e reorganizar a rede de infraestruturas de proteção civil, permitindo, assim, uma melhoria do sistema nacional de proteção civil e o aumento da sua resiliência. Foram maioritariamente cofinanciadas operações com o intuito de construir e/ou requalificar quartéis de Bombeiros.

Operação POVT-12-0435-FCOES-000045 Construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários do Bombarral



Beneficiário do Projeto:

AHBV Bombarral - Corpo de Salvação Pública

Descrição:

Construção de raiz de um quartel para os Bombeiros Voluntários do Bombarral. O edifício caracteriza-se por ser um volume alongado, no sentido nascente/poente, implantado numa plataforma de nível, o qual engloba o edifício principal e o parque de viaturas. O edifício principal e o parque de viaturas constituem um único volume, claramente composto por justaposição de dois volumes menores, que se distinguem principalmente pelos diferentes sistemas construtivos.

Custo total elegível:

796.387,97€

Fundo Coesão:

676.929,78€

POVT-12-0435-FCOES-00008o Remodelação e ampliação das infraestruturas de suporte à atividade operacional dos bombeiros



i

Beneficiário do Projeto:

AHBV Vila Real e Cruz Verde - Comendador Botelho

Descrição:

O projeto teve como objetivo fundamental a requalificação das infraestruturas de suporte à atividade operacional dos Bombeiros Voluntários da Cruz Verde, através da edificação de um novo corpo contíguo ao quartel existente, dotando as instalações com novas camaratas e novos balneários, masculinos e femininos, central de comunicações, gabinetes para elementos do comando, um refeitório e implantação de um elevador assim como da reformulação de alguns espaços e dependências existentes de modo a requalificar as suas características ambientais, o seu desempenho operacional e otimizar a relação da instituição com a população da cidade. Com esta requalificação foram proporcionadas melhores condições para a preparação, instrução e operacionalidade dos elementos que integram o seu Corpo de Bombeiros.

Custo total elegível:

827.883,51€

Fundo Coesão:

703.700,99€

Veículos

No âmbito desta tipologia foram aprovados projetos que visaram a aquisição de veículos de socorro que permitiram às diversas Associações de Bombeiros reforçar a sua capacidade de prevenção e intervenção ao nível das diferentes áreas de atuação acometidas aos Bombeiros em termos de proteção civil, nomeadamente:

- **Veículos de Socorro e Combate a Incêndios:**
 - Veículo Ligeiro de Combate a Incêndios (VLCI);
 - Veículo Urbano de Combate a Incêndios (VUCI);
 - Veículo Florestal de Combate a Incêndios (VFCI);
- **Veículos de Apoio Logístico:**
 - Veículo Tanque Tático Urbano (VTTU);
 - Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF);
 - Veículo Tanque Tático Rural (VTTR);
- **Veículos Técnicos de Socorro e Assistência:**
 - Veículo de Socorro e Assistência Tático (VSAT);
 - Veículo de Socorro e Assistência Especial (VSAE).

POVT-12-0436-FCOES-000009 Prevenção e Gestão de riscos Naturais - Aquisição de um Veículo Leve de Combate a Incêndios (VLCI)



i

Beneficiário do Projeto:

AHBV Mesão Frio

Custo total elegível:

48.000,00€

Fundo Coesão:

41.140,00€

POVT-12-0436-FCOES-000058 Aquisição de Viatura de Combate a Incêndios (VUCI)



Beneficiário do Projeto:
AHBV Canas de Senhorim

Custo total elegível:
188.442,58€

Fundo Coesão:
160.176,19€

POVT-12-0436-FCOES-000051 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO FLORESTAL DE COMBATE A INCÊNDIOS (VFCI)



Beneficiário do Projeto:

AHBV Torrejanos

Custo total elegível:

126.890,00€

Fundo Coesão:

107.856,50€



POVT-12-0436-FCOES-000066 Aquisição de viatura VTTU



Beneficiário do Projeto:
AHBV Pampilhosa da Mealhada

Custo total elegível:
110.000,00€

Fundo Coesão:
93.500,00€

POVT-12-0436-FCOES-000104 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA OPERAÇÕES DE SOCORRO E PROTECÇÃO CIVIL (VTTF)



Beneficiário do Projeto:

Federação dos Bombeiros do Distrito de Portalegre

Custo total elegível:

4.288.160,14€

Fundo Coesão:

3.644.936,12€

POVT-12-0436-FCOES-000063 Aquisição de viatura tanque tática rural (VTTR)



Beneficiário do Projeto:

AHBV Mealhada

Custo total elegível:

122.380,00€

Fundo Coesão:

104.023,00€

POVT-12-0436-FCOES-000002 Aquisição de um Veículo de Socorro e Assistência Tático (VSAT)



Beneficiário do Projeto:

AHBV Vale de Cambra

Custo total elegível:

155.000,00€

Fundo Coesão:

131.750,00€

POVT-12-0435-FCOES-000145 Equipamento operacional de proteção civil e veículos para operações de socorro de proteção civil (VSAE)



i

Beneficiário do Projeto:

AHBV Queluz

Custo total elegível:

284.000,00€

Fundo Coesão:

241.400,00€

Equipamentos de proteção individual

Consequência do reconhecido interesse nacional e caráter prioritário e urgente no apetrechamento operacional e reequipamento dos corpos de bombeiros, face à natureza da atividade desenvolvida (a proteção de pessoas e bens, em caso de acidentes e catástrofes, bem como a extinção de incêndios), cujo socorro se exige pronto e imediato, foram cofinanciadas diversas operações que visaram a aquisição de equipamentos de proteção individual para combate a incêndios quer estruturais quer em espaços naturais.



POVT-12-0435-FCOES-000090 Aquisição de plataforma mecânica e equipamento de proteção individual



Beneficiário do Projeto:

AHBV Alcabideche

Descrição:

O projeto cofinanciado consistiu na aquisição de plataforma mecânica de 33 metros com escada e aquisição de um conjunto de equipamentos individuais de proteção, nomeadamente aparelhos respiratórios isolante de circuito aberto (ARICA), alarmes pessoais de segurança (APS), fato de proteção individual de combate a incêndios estruturais (calça e casaco) e capacetes.

Custo total elegível:

499.763,20€

Fundo Coesão:

424.798,73€



POVT-12-0436-FCOES-000192 Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para os bombeiros da AMP



Beneficiário do Projeto:

Área Metropolitana do Porto

Descrição:

A operação cofinanciada teve como objetivo a aquisição de equipamentos de combate a incêndios em espaços naturais para os corpos de bombeiros da área metropolitana, nomeadamente, capacete florestal, cogula, calça e dólmen, luvas de combate a incêndios florestais e botas de combate a incêndios florestais.

Custo total elegível:

799.015,29€

Fundo Coesão:

679.163,00€

Equipamentos de proteção civil

Na prossecução do objetivo de apetrechamento operacional e reequipamento dos corpos de bombeiros foram, ainda, cofinanciadas operações de aquisição de diverso material necessário ao bom desempenho dos Bombeiros nas operações de socorro a que ocorrem no âmbito da sua atividade operacional: material de desencarceramento, material de escoramento, equipamentos rádio e acessórios, entre outros.

POVT-12-0435-FCOES-000121 Equipamento de Proteção para os Bombeiros Voluntários da Malveira



Beneficiário do Projeto:

AHBV Malveira

Descrição:

A operação consistiu na aquisição de equipamento de combate a incêndios estruturais, equipamento de iluminação e equipamento de desencarceramento médio para substituir o existente.

Custo total elegível:

94.486,83€

Fundo Coesão:

80.313,81€

POVT-12-0436-FCOES-000242 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS TERMINAIS DE COMUNICAÇÃO TETRA E RESPECTIVOS ACESSÓRIOS



i

Beneficiário do Projeto:

Município de Penafiel

Descrição:

Aquisição de equipamentos terminais de rádio, e respetivos acessórios para o Serviço Municipal de Proteção Civil do Município de Penafiel, o qual passou a operar na rede do Sistema Operacional de Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

Custo total elegível:

11.347,14€

Fundo Coesão:

9.645,07€

Ficha técnica:

Autor / Editor:

Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna

Design e Paginação:

Tiago Faifa

Todos os exemplos utilizados na presente brochura foram escolhidos de forma aleatória, servindo apenas como ilustrativos de um conjunto mais alargado de projetos cofinanciados nesta área.

BALANÇO DO EIXO II DO PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO TERRITÓRIO – PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCOS



União Europeia



SGMAI
SECRETARIA
GERAL

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA